



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA –
PROFHISTÓRIA**



ATAÍDE RAMÃO NETO

CÉLIA DE SOUZA: DESCONSTRUINDO A “BRUXA DA SAPOLÂNDIA”

CAMPO GRANDE/MS

2024

<p>ATAÍDE RAMÃO NETO</p>	<p></p> <p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> DE MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE NACIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA - PROFHISTÓRIA</p> <p>ATAÍDE RAMÃO NETO</p>
<p>CÉLIA DE SOUZA: DESCONSTRUINDO A “BRUXA DA SAPOLÂNDIA”</p>	<p>CÉLIA DE SOUZA: DESCONSTRUINDO A “BRUXA DA SAPOLÂNDIA”</p> <p>CAMPO GRANDE 2024</p>

ATAÍDE RAMÃO NETO

CÉLIA DE SOUZA: DESCONSTRUINDO A “BRUXA DA SAPOLÂNDIA”

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Ensino de História

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

CAMPO GRANDE/MS

2024

R136c Ramão Neto, Ataíde

Célia de Souza: Desconstruindo A Bruxa da Sapolândia / Ataíde Ramão Neto. – Campo Grande, MS: UEMS, 2024.

55 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação stricto sensu em Ensino de História – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.

Orientadora: Profa. Dra. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues

1. Ensino de história 2. Bruxa da sapolândia 3. Violência 4. Imaginário coletivo I. Ramão Neto, Ataíde II. Título

CDD 23. ed. - 372.89

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) Joyce Mirella dos Anjos Viana, CRB nº 3530 - 1ª Região.

CELIA DE SOUZA: DESCONSTRUINDO “A BRUXA DA SAPOLÂNDIA”

ATAÍDE RAMÃO NETO

Área de Concentração: Ensino de História

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues
(Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS

Prof. Dr. Fabiano Coelho
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Prof. Dr. Rodrigo Bianchini Cracco
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS

Campo Grande , 29 de maio de 2024.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a. Dr.^a. Marinete Aparecida Zacharias Rodrigues, minha orientadora no processo de ensino e aprendizagem, pela paciência, compreensão e reflexões que marcaram não apenas o trabalho, mas também a minha vida. Obrigado, professora, por despertar em mim novos olhares sobre o mundo.

Aos professores da Pós-Graduação do ProfHistória da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, pela dedicação, seriedade e compromisso com a educação.

À secretaria do programa de Pós-Graduação e aos funcionários do campus de Campo Grande - MS.

À minha esposa amada, aos meus filhos pela compreensão e incentivo.

Aos meus pais pelo dom da vida, à minha mãe por proporcionar a educação que me trouxe até aqui.

Aos meus professores da escola pública de educação básica.

À minha querida sogra.

Aos meus amigos e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pela bolsa de incentivo à pesquisa.

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre grandes e pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que aconteceu pode ser considerado perdido pela História
(Walter Benjamim, 1987)

NETO, Ataíde Ramão. *CELIA DE SOUZA: DESCONSTRUINDO "A BRUXA DA SAPOLÂNDIA"*. 2024. 55f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo investigar a acusação de ritual de bruxaria e prática de saravá imputado à senhora Célia de Souza, conhecida como "a bruxa da Sapolândia", no processo crime de janeiro de 1969 em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. A investigação se insere na linha de pesquisa "saberes e práticas no espaço escolar", analisando qualitativamente o processo crime arquivado no memorial da justiça de Mato Grosso do Sul. O processo crime envolvendo Célia de Souza contribuiu para a construção estereotipada desta mulher no imaginário coletivo da cidade, retratando-a como uma bruxa que se aproveitava da condição de vulnerabilidade das crianças para supostamente ajudar seus responsáveis nos cuidados enquanto estes trabalhavam. A análise permitiu constatar a origem do estereótipo de bruxa atribuído à ré, a violência simbólica imposta sobre a religião de matriz africana, a condição de vulnerabilidade dos sujeitos históricos envolvidos no processo, a leniência da justiça diante dos excessos praticados pelos agentes públicos na condução do processo, o papel da mídia na espetacularização da denúncia do suposto crime cometido pela ré, construindo uma narrativa distorcida do processo e instigando no imaginário coletivo a figura da bruxa associada à pessoa de Célia de Souza.

Palavras Chaves: Ensino de história. Bruxa da Sapolândia. Violência. Imaginário coletivo.

NETO, Ataíde Ramão. *CELIA DE SOUZA: DESCONSTRUINDO "A BRUXA DA SAPOLÂNDIA"*. 2024. 55f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA) - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2024.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the accusation of witchcraft rituals and saravá practices attributed to Mrs. Célia de Souza, known as "the witch of Sapolândia," in the criminal case from January 1969 in Campo Grande, Mato Grosso do Sul. The research is framed within the field of "knowledge and practices in the school environment," qualitatively analyzing the archived criminal proceedings in the Mato Grosso do Sul justice archive. The criminal case involving Célia de Souza contributed to the stereotyped portrayal of this woman in the city's collective imagination, depicting her as a witch who allegedly took advantage of children's vulnerability to assist their guardians while they worked. The analysis reveals the origins of the witch stereotype attributed to the defendant, the symbolic violence imposed on African-derived religions, the vulnerability of the historical individuals involved in the case, the judiciary's leniency toward the excesses committed by public agents in handling the case, and the media's role in sensationalizing the accusation of the alleged crime committed by the defendant, thereby constructing a distorted narrative of the case and perpetuating in the collective imagination the association of the witch figure with Célia de Souza.

Keywords: Teaching history; Witch of Sapolândia. Violence. Collective imagination.

INDÍCE DE IMAGENS

Imagem 1. Célia de Souza desenterrando os corpos das crianças	31
Imagem 2. Célia em busca dos corpos	34
Imagem 3. População revoltada com o caso.....	38
Imagem 4. As notícias nos jornais.....	38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 ANÁLISE DOCUMENTAL ACERCA DA “BRUXA DE SAPOLÂNDIA”	16
1.1 Contexto histórico do documento da pesquisa.....	16
1.2 As narrativas sobre a “Bruxa da Sapolândia” e o ensino de História	25
1.3 O papel do professor diante da construção histórica da “Bruxa da Sapolândia” ..	27
2 A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA ACERCA DA BRUXA DE SAPOLÂNDIA POR MEIO DAS FOTOGRAFIAS E DO IMÁGINÁRIO COLETIVO	30
2.1 A bruxa inventada	30
2.2 A “feitiçaria” das fotografias no imaginário coletivo.....	33
2.3 O estereótipo e as representações da bruxa	34
3 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO.....	40
3.1 Fontes históricas no ensino de História	40
3.2 Ensino de História e o material didático	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	48
ANEXO A - PRODUTO	51

INTRODUÇÃO

Em 11 de janeiro de 1969, na delegacia do bairro Amambaí em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, o Sr. Bertolino Larson e seu cunhado, Sr. José Fernandes, denunciaram ao delegado Subtenente Militar Antonio de Jesus Vitório que uma "bruxa" havia assassinado quatro crianças em um ritual estranho. Após os homicídios, a suposta criminosa teria enterrado três das crianças no quintal de sua própria residência, enquanto cuidava delas na ausência dos pais.

A denúncia ganhou destaque na cidade através da imprensa local, provocando indignação na população, que cercou a delegacia com intuito de fazer justiça com as próprias mãos. A suposta "criminosa", Célia de Souza, era vista por muitos moradores nos anos 1960 como uma senhora excêntrica, vivendo sozinha em uma casa de madeira próxima à Vila Afonso Pena, afastada do centro da cidade, numa área conhecida como Sapolândia.

Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, foi fundada em 21 de junho de 1872 por José Antônio Pereira e seus familiares, originários de Minas Gerais, que buscavam estabelecer-se nos campos de Vacarias, próximos à Serra de Maracaju. A região atraiu migrantes de todo o país após o retorno dos soldados da Guerra do Paraguai, crescendo ao longo dos anos e se tornando um polo de imigração de diversas nacionalidades. Com a divisão de Mato Grosso, Campo Grande foi designada como a capital do novo estado, Mato Grosso do Sul, através da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, sancionada pelo presidente Ernesto Geisel e efetiva a partir de 1º de janeiro de 1979. Atualmente, a cidade conta com aproximadamente 910 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de julho de 2020, e é lar de descendentes de espanhóis, italianos, portugueses, japoneses, sírio-libaneses, armênios, paraguaios e bolivianos.

Na década de 1967, Campo Grande começou a se destacar como uma promissora cidade dentro de Mato Grosso do Sul, ganhando ainda mais importância após a divisão do estado e o consequente crescimento populacional, com ocupação não planejada dos espaços. Célia de Souza residia em um bairro afastado do centro, onde cuidava de crianças enquanto seus pais estavam ausentes.

O objetivo deste estudo é compreender como a figura de "bruxa" foi atribuída a Célia de Souza a partir da acusação de homicídio de três crianças, levando a um processo criminal. Nos arquivos do Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, encontram-se

preservados depoimentos, fotografias, ofícios e outros documentos relacionados ao caso conhecido popularmente como "Bruxa da Sapolândia". Segundo Paula Bajer (2002, p.9), é destacado que o termo "processo criminal" ou "penal" pode abranger duas concepções distintas:

[...] o processo-penal é o ramo do direito que estuda as regras para que a decisão que define conflitos de interesse penal possa ser emitida de forma válida. Outro significado jurídico para a palavra processo é concreto: processo é o conjunto dos atos praticados em direção à decisão. Processo é ir para diante, seguir (Bajer, 2002, p.9)

Nesse contexto, conforme destacado pela mesma pesquisadora, "o caderno que se forma com os documentos produzidos durante a investigação da verdade criminal é denominado processo" (Bajer, 2002, p. 9). O processo criminal envolvendo Célia de Souza foi digitalizado, totalizando 198 páginas, e está disponível para acesso online na página oficial do Tribunal de Justiça, através do Portal da Memória, seção de história e acervos de processos históricos. Uma síntese inicial sobre a "Bruxa da Sapolândia" é apresentada no início do documento:

No final da década de 1960, a população de Campo Grande acompanhava atônita o caso da "Bruxa da Sapolândia", um processo criminal promovido contra Célia de Souza, João Luiz da Silva e Bertolino Larson em razão da Polícia ter encontrado os corpos de quatro crianças nos fundos do quintal da Célia, na Vila Afonso Pena, região que era conhecida à época como "Sapolândia". Segundo consta na denúncia, Célia e João, a pretexto de realizar tratamento espiritual, espancavam e infringiam maus tratos aos menores, o que, juntamente com a falta de assistência médica, causaram as mortes das crianças, cujos corpos foram enterrados no terreno da casa para esconder a prática dos crimes. Por isso, foram denunciados pela prática dos crimes de lesão corporal seguida de morte, ocultação de cadáver e curandeirismo. Conforme a acusação, Bertolino Larson, pai de uma das vítimas, também teria consumado os delitos de abandono de incapaz, ocultação de cadáver e estupro, sendo que este último fato teria sido realizado contra uma de suas filhas (sobrevivente). Apesar da descrição apresentada pelo órgão acusador ter se espalhado na comunidade, que agregou à narrativa algumas doses de terror, os fatos não foram comprovados, concluindo o juiz, na sentença, que "a única coisa que resultou patentemente provada neste processo, é ser ele, o processo, o noticiador de um amontoado de incongruências, contradições, dúvidas e desgraças", absolvendo todos os réus. Entendeu o magistrado que, embora o enterro dos corpos tivesse sido irregular, foram realizados na presença dos pais, não caracterizando o crime de ocultação de cadáver; não havia provas das lesões corporais, muito menos que as mortes dos menores foram consequência destas; e não foi demonstrada habitualidade para configurar o delito de curandeirismo. Em relação à alegada prática de estupro por Bertolino Larson, não havia prova do fato, observando que a filha do réu, ao depor em juízo, afirmou não ter sido agredida pelo pai. A absolvição dos réus, porém, não interferiu na propagação do caso, que já tinha grande repercussão na sociedade, e passou a misturar elementos das narrativas macabras do processo com alguns aspectos do imaginário popular, tornando-se uma espécie de lenda urbana ao longo do tempo (TJMS, 2023)

Apesar de ter sido absolvida da acusação que lhe foi imputada, ao analisar as páginas do processo crime, constata-se que a ré foi duplamente penalizada pela sociedade campo-grandense. Não bastava ser pobre e viver segregada socialmente em um bairro caracterizado por brejos; sua vida foi completamente revirada e exposta na mídia local. Após o caso que a envolveu ser exposto, não pôde mais retornar ao seu meio de sustento, cuidando de crianças enquanto os pais trabalhavam. Após o término do processo crime, Célia ficou rotulada no imaginário coletivo da cidade como uma bruxa, tornando-se uma espécie de "lenda urbana".

A História está repleta de relatos associando mulheres à figura da bruxa e à prática de bruxarias. Esse estigma contribui para marginalizar as mulheres do convívio social e reforçar o estereótipo da mulher transgressora da ordem, especialmente aquelas em condição de vulnerabilidade econômica ou que desafiam o papel socialmente atribuído a elas.

A associação de mulheres pobres à figura de "bruxa" também está relacionada às noções de poder e controle (Ginzburg, 1987). Mulheres que desafiam as normas sociais e os papéis tradicionais impostos pelo imaginário coletivo são vistas como ameaças ao status quo do sistema patriarcal. Assim, o rótulo imposto a essas mulheres serve como meio de deslegitimar suas ações e subjugar-las, reafirmando a hierarquia de gênero e classe na sociedade.

Para desconstruir estereótipos, combater o preconceito e a ortodoxia religiosa dominante que demoniza os conhecimentos tradicionais sobre ervas medicinais, crenças e rituais, é necessário realizar pesquisas científicas. Dessa forma, pode-se criar novas narrativas na sociedade contemporânea. A investigação científica visa desvendar o imaginário social e as representações construídas pelo processo crime, que alimentaram o estereótipo de que Célia de Souza era uma bruxa, estabelecendo de maneira perversa o lugar atribuído a essa mulher comum, que vivia realizando diversos afazeres na cidade de Campo Grande/MS.

No primeiro capítulo é apresentado o contexto histórico do documento de pesquisa, o processo crime, arquivado no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, situado em Campo Grande, MS. Buscou-se evidenciar como a sociedade campo-grandense sedimentou o estereótipo de "bruxa", associando-o à figura de Célia de Souza, acusada de assassinar crianças em rituais macabros na década de 1969. Ressalta-se que o uso de fontes históricas em aulas pode contribuir para superar os estereótipos que rotularam a ré como uma mulher pobre e representação de uma bruxa, mostrando que essa representação está intrinsecamente ligada à manutenção de uma estrutura de poder que idealiza o papel da mulher na sociedade.

No capítulo dois, são apresentadas fotografias do processo criminal utilizadas pelos periódicos locais que contribuíram para a rotulação da ré como bruxa. Também há um breve relato sobre a formação da disciplina escolar no Brasil e como o ensino de história nas escolas contribui para desmistificar o imaginário social sobre a “Bruxa da Sapolândia”.

No capítulo três, são analisados os comportamentos dos envolvidos na história do processo criminal. Atendendo aos critérios de qualidade do mestrado, como produto da pesquisa, é apresentado um livro interativo de colorir para ser utilizado por alunos do quinto ano do ensino fundamental na Educação Básica. O enredo deste livro analisa o caso da “Bruxa da Sapolândia” sob a ótica das competências socioemocionais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A BNCC enfatiza a importância de desenvolver competências como empatia, cooperação e respeito à diversidade, que são fundamentais ao abordar questões sociais que contribuíram para a marginalização de Célia de Souza. A narrativa de Célia, acusada injustamente e estigmatizada como bruxa, ilustra as consequências devastadoras dos preconceitos sociais e econômicos. Ao explorar este caso, os educadores podem orientar os alunos a refletirem criticamente sobre como a condição social de Célia e a atribuição de uma identidade fictícia de bruxa resultaram na perda de sua dignidade e meios de subsistência.

O livro de colorir interativo poderá ser utilizado como uma fonte primária para discutir a construção social de identidades e a importância de questionar narrativas unilaterais. Ele incentivará os alunos a exercitarem a empatia e o pensamento crítico, competências essenciais para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Assim, o livro interativo de colorir não apenas engajará os alunos em uma atividade lúdica e educativa, mas também os capacitará a entender e lidar com questões sociais complexas. Ele desenvolverá habilidades socioemocionais cruciais para o crescimento dos alunos como indivíduos empáticos e reflexivos.

1 ANÁLISE DOCUMENTAL ACERCA DA “BRUXA DE SAPOLÂNDIA”

O processo criminal arquivado no Memorial do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul apresenta o caso da “Bruxa da Sapolândia.” O arquivo preserva documentos, imagens e depoimentos, permitindo acompanhar o desenrolar do processo, desde a prisão sob acusação de maus-tratos contra crianças e a suposta prática de rituais até o veredito final do magistrado. Boris Fausto (1984) salienta que o processo criminal se organiza a partir da queixa/denúncia, seguido do exame de corpo de delito, investigações, interrogatórios, depoimentos e libelos acusatórios. Ele observa que as sentenças justificam a adequação da pena imposta ao modelo de culpa ou inocência que se deseja formalizar. Nesse sentido, tais modelos não se constroem “arbitrariamente, mas segundo uma lógica ordenadora constituída por um conjunto de normas sociais” (Fausto, 1984, p. 22).

A partir da análise dos testemunhos, imagens, falas e atos presentes no processo criminal, busca-se compreender as violências vivenciadas pela suposta ré durante e após os procedimentos investigativos e judiciais, que culminaram no imaginário coletivo da cidade de que Célia de Souza seria uma bruxa.

1.1 Contexto histórico do documento da pesquisa

O processo criminal da "Bruxa da Sapolândia" evidencia problemáticas sociais como violências simbólicas e de gênero, preconceitos religiosos e de classe, entre outras questões que faziam parte do cotidiano da cidade na década de 1960. Célia de Souza, moradora da periferia da cidade, cuidava das crianças como meio de sobrevivência. O bairro onde vivia era sem infraestrutura, situado em um terreno alagadiço que, na época das chuvas, formava brejos. Moradores de bairros próximos, que também possuíam poucos recursos financeiros, a procuravam para deixar seus filhos sob seus cuidados enquanto trabalhavam nas fazendas da região. Na década de 1960, era comum, especialmente entre os mais pobres, que os pais deixassem seus filhos com parentes próximos ou conhecidos. Célia recebia as crianças para cuidar delas, mesmo tendo poucos recursos. Para muitas mulheres, esta era a principal fonte de renda, o que lhes permitia sobreviver.

As contradições e violências sofridas por Célia de Souza durante o processo podem ser resumidas nas palavras do advogado Odir Vidal, que a representou, ao ponderar que a ré "fora

vítima da sanha policial com ânimo sanguinolento de perturbar a Justiça, sendo injustiçada uma pobre mulher que serviu de pasto ao noticiário impudico e sem entranhas da imprensa desenfreada e desabrida de Campo Grande" (1969, s.p). Sobre o processo, o magistrado ponderou: "a única coisa que resultou patentemente provada neste processo, é ser ele, o processo, o noticiador de um amontoado de incongruências, contradições, dúvidas e desgraças" (Milto Malulei, 1971, p.138 apud Processo 22/69 TJMS).

Na historiografia, as análises de processos criminais envolvendo mulheres acusadas de bruxaria frequentemente fazem referência à obra "Malleus Maleficarum" (Maleficas & earum haeresim, ut framea potentissima conterens). Esta obra teve grande circulação na Europa moderna, servindo como guia para os Inquisidores do Santo Ofício nas investigações, análises, julgamentos e aplicação de sentenças aos acusados de praticar heresias em relação aos dogmas da Igreja Católica. O livro ganhou notoriedade por instruir como se estruturavam os processos contra as bruxas e quais métodos deveriam ser aplicados na investigação para identificar uma bruxa. Na obra, as mulheres são retratadas como figuras maléficas, aliadas do diabo, possuindo poderes diabólicos, e sendo este gênero muito suscetível às tentações de Satanás.

A narrativa cristã culpa a mulher pela queda do homem em relação ao seu Criador. Segundo essa visão, a mulher, enganada pelo diabo em forma de serpente, transgrediu as ordens de Deus e comeu o fruto proibido, posteriormente oferecendo-o a seu marido, que também o comeu. O casal, então, descobriu sua nudez e procurou se esconder da divindade, que os castigou, expulsando-os do Jardim do Éden e separando o homem de seu Criador. Essa imagem da mulher como responsável pela queda do homem é um fenômeno de longa duração. De acordo com esse imaginário, as mulheres são como a caixa de Pandora dos gregos, responsáveis por todos os males que afligem o mundo.

Ao justificar a prisão da ré, o delegado escreveu de próprio punho que seria uma afronta à sociedade cristã da cidade deixá-la em liberdade. Junto com Célia, foram presos dois supostos cúmplices: Bertolino Larson, pai das crianças enterradas, e João Luiz, amásio de Célia de Souza. Assim como no mito da narrativa cristã da criação do mundo, quando Adão foi indagado por que se escondia de seu Criador, respondeu estar escondido por causa da mulher que Deus lhe dera, transferindo a culpa de seu pecado para a mulher, João Luiz, em seu depoimento, acusou Célia de possuir poderes capazes de dominar a ele e a todos os homens ao seu redor. Ele afirmou que várias vezes tentou abandonar Célia, mas ela o agredia e não o deixava ir embora. Essa mesma narrativa, que tenta transferir a culpa dos assassinatos para Célia, foi

utilizada duas vezes no processo: a primeira ainda na fase de investigação, e posteriormente pelo advogado de defesa de João Luiz ao negar sua participação nos supostos rituais.

As narrativas sobre o processo criminal centram-se sempre na acusação de que a ré era a única culpada pelo assassinato das crianças, entretanto, o processo criminal indicia três autores: Célia de Souza, Bertolino Larson e João Luiz. Célia de Souza praticava benzimento, sendo procurada pelas pessoas simples ao seu redor. Em seu primeiro depoimento, argumentou que não fazia mais tratamentos de saúde e que aconselhou os responsáveis por Dircinha, uma das crianças exumadas, a levá-la a um serviço de saúde. No entanto, os responsáveis disseram não confiar nos tratamentos oferecidos. Célia ainda afirmou que chegou a comprar um biotônico, mas não chegou a administrá-lo às crianças.

As representações coletivas são também resultado do imaginário social, que tem seus fundamentos em um sistema simbólico que visa direcionar as ações e comportamentos dos indivíduos e grupos sociais para determinado fim, influenciando na construção e manutenção da memória coletiva. Este imaginário social consiste em uma intrincada rede de elementos imaginativos, tais como mitos, religiões, utopias e ideologias (Baczko, 1991, p. 312).

Ainda segundo Baczko (1991), a cidade é concebida como um palco onde as interações sociais se entrelaçam, dando forma à história de sua população. As expressões culturais e representacionais funcionam como uma seleção e uma produção daquilo que é considerado oficialmente aceito. O imaginário, de acordo com Bronislaw Baczko (1991), é a forma a partir da qual a sociedade organiza o conjunto de suas representações. O controle do imaginário social está intimamente ligado ao controle da vida coletiva.

Cada sociedade produz um sistema de representações entre as quais ocupam um importante lugar os símbolos e as imagens veiculadas através das artes, são os signos visíveis de uma cultura, como expressão formal de conteúdos ideológicos ou estéticos, que originam imagens sobre grupos, classes, partidos políticos ou instituições (Baczko 1991, p.297).

Isso levou à construção social da conhecida “bruxa da Sapolândia” de Campo Grande, MS, na década de 1960. Os primeiros indícios do processo criminal remetem ao trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias (2001), que analisou o universo das mulheres "sem eira nem beira" no início do século XIX, durante a urbanização da cidade de São Paulo. Seu trabalho constatou que o espaço social destinado a essas mulheres era a calçada das ruas, onde desenvolviam atividades econômicas para seu sustento. Eram mulheres pobres, livres, libertas e escravizadas que tomavam as ruas para desenvolver seu pequeno comércio como meio de

sobrevivência, vendendo quitutes, pães, barras de sabão, doces, bordados, frutas, verduras e legumes cultivados nos fundos dos quintais, transitando entre os espaços da rua e dos casarões da elite paulistana.

Figuras como empregadas domésticas, mulatas, babás, mucamas, quitandeiras, lavadeiras, padeiras, amas-de-leite, além das mulheres estigmatizadas como delinquentes, prostitutas e mulheres abandonadas pelos maridos com muitos filhos para criar, possuíam certa mobilidade na cidade. Elas se moviam por toda parte mais livremente em busca de seu sustento diário, sendo vistas nas fontes públicas, tanques, lavadouros, pontes, ruas e praças urbanas (Dias, 2001, pp. 13-31). Essas mulheres eram perseguidas pelos fiscais municipais, que as expulsavam do centro da cidade de São Paulo para não incomodar os barões do café e seus familiares. Segundo a pesquisadora, ao associar essas mulheres menos favorecidas socialmente ao crime, à contravenção e ao estigma de bruxas, as representações sociais e culturais estimularam a segregação social, inviabilizando o protagonismo das mulheres pobres na sociedade que se formava.

Sobre as mulheres do século XIX, Losandro Antonio Tedeschi, em seu trabalho "Histórias menores, vidas outras: (re) existências femininas no Brasil do século XIX" mostrou outras possibilidades para se pensar a participação feminina na história do Brasil do século XIX e suas consequências na formação de movimentos de re-existência. Seu trabalho permitiu perceber que o processo de segregação e marginalização de mulheres pobres como Célia de Souza subsiste na sociedade atual como um dos elementos de uma cultura patriarcal dominante. De acordo com Tedeschi (2022), a representação das mulheres pobres era frequentemente associada a estigmas negativos, perpetuando sua marginalização social. Para o autor, eram consideradas

[...] mulheres "infames" que carregavam o peso de seu sexo, de sua cor e de seu desvio, por isso a vigilância, o controle. As mulheres brancas por sua vez, tinham permissão para sair de casa para batizar, casar e ser sepultada. Submetiam-se à opinião dos outros – o pai, o marido, a sociedade – e aprendiam a se comportar e a conviver de maneira educada (Tedeschi, 2022 p.126).

O qualificativo "infames" denuncia o lugar de pertencimento na hierarquia social. A representação negativa das mulheres pobres resultava na classificação do que lhes era permitido ou não no que dizia respeito à circulação na cidade enquanto ambulantes de "comércio miúdo."

De acordo com Roger Chartier (2002), representar é tornar conhecidas as coisas de forma imediata através da "pintura de um objeto", "pelas palavras e pelos gestos", por meio de

figuras, marcas como enigmas, emblemas, fábulas e alegorias. Para o autor, as representações sociais surgem como respostas das comunidades aos seus conflitos, costumes, divisões e violências, tanto reais quanto potenciais. As representações consentem ações e constituem uma força reguladora da vida cotidiana e coletiva.

No cerne das representações e dos imaginários reside o problema da legitimação do poder. Como nenhum poder deriva de um princípio universal, seja físico, biológico ou espiritual, ele necessita de legitimação por meio de um conjunto de relações de sentido. Assim, as representações sociais se tornam inteligíveis e comunicáveis por meio da produção de discursos (Chartier, 2002, p.67). Célia de Souza, uma mulher sem eira nem beira, vivia na sociedade campo-grandense e foi duplamente vítima da sociedade devido às acusações de prática de homicídio e por ser pobre. Uma estrutura do poder patriarcal e misógino marginalizava as mulheres, expulsando-as dos espaços destinados aos bem-dotados de capital político e econômico. Restava a essas mulheres viver na periferia da cidade, em áreas caracterizadas por pântanos e matagais, como "Sapolândia", local em que Célia morava.

Imagine uma mulher pobre, sempre com as mesmas vestes, raramente calçada, com os cabelos despenteados, fumando, movimentando-se com suas saias compridas e sujas, em um solo pantanoso e coberto por vegetação rasteira, pode-se visualizar a representação da bruxa da Sapolândia. Triste figura! Embora absolvida de todas as acusações, a imagem de Célia continuou no imaginário social coletivo como sendo uma criminosa que praticava bruxaria. A elite emergente da cidade, que crescia com a vinda de novos moradores, mantinha os padrões de comportamento sociais da sociedade do século XIX, conforme analisado por Dias (2001).

Mulheres como Célia eram vistas como responsáveis pela desordem familiar, envolvidas em práticas de curandeirismo e benzimento, sustentando-se de trabalhos que a elite considerava desprezíveis, pois eram tarefas antes realizadas pelos escravos. Apesar de sua importante contribuição para o desenvolvimento da cidade, categorias como as mulheres sem eira nem beira, os indígenas, mendigos e toda ordem de grupos sociais minoritários foram de alguma forma invisibilizados pela história oficial.

Giocondo Estigarribia Areco (2022, p.6), ao analisar as fotografias de Campo Grande/MS entre os anos de 1967 e 1990, constatou que a invisibilidade dessas categorias sociais na memória social da cidade tinha como propósito negar suas contribuições históricas e econômicas para a formação e construção da cidade. Segundo o autor,

Ao observar a cidade de Campo Grande (MS), é possível notar a existência de uma grande diversidade social, visto que a metrópole é formada por uma

pluralidade étnica, política e cultural, até mesmo porque pessoas de inúmeros lugares vieram para a cidade em distintas ocasiões, compondo sua variedade. Em contrapartida, ao visitarmos exposições fotográficas, em sua maioria, institucionalizadas, a respeito da história da cidade, em que se destacam o 6º centro urbano, avenidas, ruas, prédios e lojas, os atos cívicos com a participação da população, percebemos a recorrência de figuras públicas que ocuparam e ainda ocupam cargos relevantes na sociedade, nas esferas política ou militar, bem como o realce de grandes fazendeiros, engenheiros, de pessoas brancas, representantes da classe burguesa, de modo que os grupos indígenas e negros não são evidenciados no quadro oficial da comunidade campograndense. Ao averiguarmos as imagens fotográficas, não há como não questionarmos sobre as ausências dos indígenas, negros, mulatos, mendigos, pobres, operários, o trabalhador das ruas dessa época, que raramente aparecem nas fotografias, em especial, nos espaços culturais legitimados (Areco, 2022, p.6)

Entende-se a invisibilidade social como uma construção histórica e coletiva que permite percebê-la como intencional dentro do contexto de sua época. Existem outras formas de silenciamento dos indivíduos, frequentemente associadas a questões econômicas, sexuais, étnicas, raciais, religiosas, e condições físicas e mentais. Entre elas, talvez a menos questionada seja aquela enraizada em uma ideia construída ao longo do tempo, na qual a ausência de certos grupos não é percebida nem questionada como algo fora do comum.

Essa construção de ideias perpetua apenas um aspecto da realidade, promovendo a invisibilidade de certos indivíduos. A fotografia de Célia exumando os cadáveres das crianças no fundo do quintal serve, nesse contexto, para silenciar o que é considerado indesejável, mas revela também a violência do patriarcado sobre as mulheres pobres. O visível dessa imagem está relacionado ao domínio do poder, aos sistemas de controle da visibilidade e às normas sociais e culturais que ditam o que deve ser exibido e o que deve permanecer invisível, desempenhando um papel crucial nesse processo (Meneses, apud Mauad, 2015, p. 14).

A memória de Célia como uma bruxa é frequentemente explorada pela mídia local, que espetacularizou o crime com fotografias e manchetes direcionadas a atrair a atenção, associando o crime à prática do “saravá” e à morte das crianças. Destaca-se que o termo saravá, na época, tinha uma conotação pejorativa que podia significar “magia negra” ou cultos relacionados com a figura do diabo. De acordo com Sergio Nogueira (2014), o termo “saravá” pode ser compreendido como “uma interjeição umbandista equivalente a Salve!” Saravá era como os escravos africanos pronunciavam, com a influência de sua língua nativa (o banto), a palavra “salvar”. O caso acabou por se tornar uma lenda urbana na cidade, narrada em 2018 por André Luiz Alves, escritor e memorialista no livro “A bruxa da Sapolândia”.

A personagem Célia de Souza é descrita no romance como alguém que desconhecia a existência do mundo, imaginando tudo como um pesadelo do qual não conseguia acordar. Desde o nascimento, já possuía cabelos compridos até a cintura e sete dentes, incluindo duas presas. Em outro trecho do romance, é retratada como uma assassina fria de crianças em rituais de bruxaria. Em 1969, na cidade de Campo Grande, Célia foi interrogada pelo delegado Almeida: "Você acredita em Deus?" Respondeu com momentânea altivez: "Sim, creio. E Ele sabe que sou inocente!" Célia foi libertada numa manhã em que o frio havia desaparecido... A rua Vinte e Cinco de Dezembro foi o caminho que seguiu até seu corpo se confundir com um ponto no horizonte. Segurava um gato em sua mão, que também segurava um broche niquelado, cujas cores cintilavam fracamente no horizonte. Apesar de o autor esclarecer que se trata de um romance fictício, com personagens que não fazem parte do processo criminal, a narrativa do livro reforça a associação contínua de Célia de Souza ao estereótipo de bruxa.

Célia de Souza não se adequava à imagem simbólica e idealizada do comportamento das mulheres na sociedade campo-grandense da época. Essas representações idealizadas sobre o papel e lugar das mulheres alimentam a construção de estereótipos e tabus sobre o papel da mulher na sociedade (Rodrigues, 2012). Para orientar esse trabalho, adotou-se a concepção de violência simbólica de Pierre Bourdieu, que a define como "insensível, invisível, a própria vítima que a exerce" (2010, pp. 7-8). Para uma melhor compreensão da distinção entre história local e micro-história, recorreu-se ao texto de Anderson Romário Pereira Corrêa (2010), que conduziu a definição do campo inserido neste trabalho de História Local. A análise do processo criminal concentra-se em compreender as dinâmicas sociais e culturais que levaram à estigmatização de Célia de Souza, acusada de bruxaria e prática de "sarava" em 1969, em Campo Grande, Mato Grosso.

O escrivão da delegacia do bairro Amambaí, onde a denúncia foi registrada, João Fernandes Barrinhos, descreveu ao magistrado que o delegado e a equipe foram prontamente à casa da ré ao saberem dos fatos em 12 de janeiro de 1969. Inicialmente, Célia tentou se mostrar inocente diante da autoridade policial, mas posteriormente conduziu-os a um matagal nos fundos de sua casa, onde teria enterrado os cadáveres de suas vítimas (TJMS, Processo crime, 1969, p. 7-8). Barrinhos também destacou a presença de policiais militares como Assis, Sebastião Leôncio, do médico João Pereira, além de repórteres do jornal Diário da Serra e populares como testemunhas durante a exumação, afirmando que Célia de Souza realizou a "exumação" dos corpos com as próprias mãos e que estavam completamente apodrecidos, devido ao forte mau cheiro.

Dessa ação resultou-se uma fotografia, que na manhã seguinte à prisão, no dia doze de janeiro de mil novecentos e sessenta e nove, relatava como a polícia rapidamente desvendava um caso de bruxaria na cidade. A matéria do jornal apresentou imagens da exumação, de ossos de crianças, enterrados envoltos em panos sujos e colocados em caixões. Célia de Souza foi descrita como uma praticante de rituais com crianças e rotulada pela matéria jornalística como sendo uma bruxa, "a bruxa da Sapolândia.". Durante o processo, a ré foi descrita como uma mulher que se vestia de forma peculiar, sendo capaz de adquirir forças sobrenaturais em momentos de transe e que nesses momentos possuía força que a capacitava a agredir fisicamente seu amasio e cúmplice João Luis Silva.

Assim como no início do século XIX, a sociedade paulistana marginalizava e rotulava as mulheres pobres que buscavam seu sustento nas cidades oferecendo serviços como lavadeiras, passadeiras, arrumadeiras, vendedoras de doces, pães e bolos nas esquinas. Célia cuidava de crianças na periferia da cidade, sendo esse seu meio de sustento. Após ser rotulada como bruxa pelo jornal e ter sua vida íntima exposta pela mídia local, Célia perdeu sua identidade e seu meio de sustento, conforme observado por Dias (2001, p. 117), que discute como desde o século XIX mulheres como Célia são rotuladas como bruxas.

[...] é no espaço de circulação nas cidades, pequenas ou grandes, que algumas figuras se destacam por seus aspectos externos. Uma mulher pobre, vestindo andrajos tinha sua figura associada a representação social de uma bruxa, figura considerada maléfica, símbolo de perversidades e capacidades transmutacionais (Dias, 2001, p. 117).

O imaginário social sobre a Bruxa de Sapolândia é alimentado pela cultura local, em diferentes dimensões, que suscitavam incredulidade e curiosidades. As narrativas sobre o processo criminal são descritas a partir das memórias, como pode-se observar pelas memórias e se situam em uma dimensão entre real /imaginário. A exemplo disso destaca-se a entrevista concedida pelo jornalista Fausto Boris Brito, do portal de notícias do jornal Correio do Estado, de Campo Grande /MS, no qual ele afirma que apesar de ser adolescente na época do fato, guarda na memória lembranças do crime e de tudo o que ocorreu a época.

O cenário era perfeito para um filme de terror", diz o jornalista que esteve na casa da *Bruxa da Sapolândia*. Movido pela curiosidade, ele que morava na Rua Engenheiro Alírio de Matos, no Bairro Taquarussu, foi com alguns colegas e os irmãos mais velhos até o local. "A casa era de tábuas, sem pintura e ficava às margens de um trilheiro que levava ao bairro. O terreno fazia fundos com o brejo e ali era onde criou-se o cemitério das crianças", conta. Segundo o jornalista, os pequenos caixões, que ela mesmo fazia, eram de ripas de madeira. Os corpos das crianças eram enrolados em redes ou colchas

velhas. "Cheguei com meus amigos e irmãos logo depois da prisão da mulher. Havia uns cinco caixões ainda ao lado dos buracos. Estavam sujos de lama, assim como os tecidos. Os corpos já tinham sido retirados, mas os tecidos, usados como mortalhas, foram deixados. Como era brejo, daquelas sepulturas improvisadas minavam água. As muitas árvores no local criavam aquele clima de pântano de filme de horror. Fiquei impressionado (Brites, 2011, s.p.)

Segundo a pesquisadora Evelyn Plantageant (2005, p. 392), a linha divisória entre o real e o imaginário não é fixa, mas sim fluida e variável. No entanto, o território que essa linha atravessa, que é o campo da experiência humana, permanece constante e abrangente, englobando todas as dimensões da vida humana, desde as interações sociais mais coletivas até os sentimentos e pensamentos mais íntimos e pessoais. Sendo o limite entre o real e o imaginário variável, enquanto o território atravessado por esse limite permanece, ao contrário, sempre e por toda parte idêntico, já que nada mais é senão o campo inteiro da experiência humana, do mais coletivamente social ao mais intimamente pessoal. Nesse sentido, as narrativas sobre a Bruxa da Sapolândia envolveram um processo criminal real, com evidências, testemunhas e procedimentos judiciais.

As acusações de rituais de Saravá e a imagem pública de Célia como "bruxa" basearam-se em eventos e percepções concretas na comunidade. Já a imagem de Célia como "bruxa" foi amplamente moldada por preconceitos, medos e estereótipos culturais. A ideia de que ela possuía poderes sobrenaturais e usava rituais para prejudicar crianças é uma construção imaginária, influenciada por crenças populares e pela mídia.

No território da experiência humana, o tratamento dispensado a Célia pela comunidade e pela mídia reflete as dinâmicas sociais e culturais mais amplas da época, incluindo preconceitos contra práticas religiosas de matriz africana e o papel da mídia na criação de narrativas sensacionalistas. A reação pública e o processo judicial fazem parte da experiência coletiva da sociedade de Campo Grande na época. No campo da intimidade pessoal, a experiência do julgamento, a estigmatização como "bruxa" e o impacto emocional de ser acusada de tais crimes representam a dimensão pessoal e íntima de sua vivência. Mesmo que a acusação tenha sido baseada em construções imaginárias, o sofrimento e as consequências para ela foram reais.

Nesse sentido, o real e o imaginário, de acordo com Baczko (1991, p. 45) só funcionam por repousar em uma narrativa que faz sentido à comunidade. No caso de Célia de Souza, a "Bruxa da Sapolândia", essa narrativa foi construída e perpetuada por elementos simbólicos, como as fotografias do processo publicadas em jornais, que capturaram e transmitiram uma versão da realidade que se encaixava perfeitamente nos preconceitos e medos da comunidade

de Campo Grande na década de 1960. As imagens de Célia, frequentemente retratada em contextos que sugeriam culpa e mistério, reforçaram a percepção dela como uma figura sobrenatural e perigosa, solidificando a ideia de que ela era uma "bruxa". Essas representações visuais não apenas documentaram o processo, mas também atuaram como símbolos poderosos que validavam e perpetuavam a narrativa no imaginário urbano.

Assim, a continuidade dessa percepção foi alimentada por essas imagens e relatos, que, ao fornecerem elementos simbólicos, ajudaram a manter viva a memória coletiva da "Bruxa da Sapolândia," ilustrando como o real e os imaginários se entrelaçam para formar narrativas que fazem sentido para a comunidade.

1.2 As narrativas sobre a “Bruxa da Sapolândia” e o ensino de História

No cotidiano das aulas de história escolar, é comum surgirem afirmações ou interpretações sobre narrativas históricas ligadas à religião ou às histórias locais, que misturam mitos e realidades. Ao organizar o pensamento histórico sobre essas narrativas, os professores de história dimensionam o imaginário social dos estudantes, fornecendo a eles um arcabouço de informações sobre o método investigativo da disciplina, permitindo que analisem outras narrativas buscando fontes históricas, não se pautando apenas pelo senso comum. Isso capacita os alunos a questionarem tanto as narrativas oficiais quanto aquelas construídas a partir das memórias locais, que frequentemente visam apresentar uma única verdade absoluta sobre os fatos históricos.

Segundo Chervel (2006) a escola enquanto instituição possui processos, normas, valores, significados, rituais e formas de pensamento que compõem sua própria cultura. Para o pesquisador Jean-Claude Forquin (1993, p. 68), o conhecimento escolar é construído social e epistemologicamente, influenciado por diversos fatores sociais e interpretativos. No ambiente escolar, professores e alunos interagem com o conhecimento de formas diversas, moldando e sendo moldados pela cultura escolar. A pergunta do estudante sobre a existência de uma bruxa na cidade de Campo Grande exemplifica as “variedades de interpretações e narrativas”, conforme afirmado por Forquin. Essa indagação reflete a curiosidade natural dos alunos e a influência da cultura local e das histórias populares no processo de aprendizagem. No contexto escolar, essa pergunta pode ser vista como uma oportunidade de aprendizado que ultrapassa os muros da escola, permitindo que os professores abordem temas como história local, folclore, métodos científicos e pensamento crítico. Reconhece-se que o conhecimento não está limitado

ao currículo formal, e as experiências e o contexto cultural dos alunos são fundamentais para a construção do saber.

Gilbert Durand (2010, p.6) argumenta que todo pensamento humano é produto de representações que se articulam por relações simbólicas, determinando formas de pensar, sensibilidades individuais e coletivas. As relações simbólicas referem-se às conexões que fazemos entre diferentes conceitos e experiências, influenciando nossa interpretação do mundo ao nosso redor. O ensino de história escolar tem o potencial de desafiar essas representações simbólicas ao promover um entendimento crítico dos eventos passados.

O caso de Célia de Souza, conhecida como a "Bruxa da Sapolândia", ilustra vividamente como narrativas históricas podem moldar não apenas a percepção pública, mas também influenciar políticas, decisões judiciais e a identidade cultural de uma comunidade. A narrativa em torno de Célia foi construída a partir de elementos simbólicos, como fotografias sensacionalistas em jornais locais, que capturaram e perpetuaram uma versão distorcida da realidade. Essas imagens, frequentemente apresentando Célia em contextos que evocavam culpa e mistério, solidificaram a percepção popular dela como uma figura sobrenatural e perigosa.

No entanto, é crucial entender como essa representação foi influenciada por preconceitos sociais e culturais arraigados. A imagem de Célia como uma bruxa, acusada de realizar rituais de saravá e envolvida em um crime chocante, reflete não apenas estereótipos sobre práticas religiosas de matriz africana, mas também a forma como a mídia local contribuiu para a espetacularização do caso. Essa cobertura sensacionalista não apenas prejudicou a vida de Célia, mas também moldou a memória coletiva da comunidade de Campo Grande, perpetuando estigmas e marginalizações.

No contexto do ensino de história, o caso de Célia exemplifica a necessidade de abordagens críticas às narrativas históricas. Ao explorar temas sensíveis como este, os educadores não apenas desconstruem estereótipos e preconceitos, mas também fortalecem habilidades de pensamento crítico nos alunos. A interseccionalidade das questões de gênero, classe social, etnia e religião em torno do caso de Célia oferece uma oportunidade para discutir como essas dinâmicas sociais influenciam a construção do conhecimento histórico e as percepções populares.

Além disso, ao examinar criticamente as evidências e as narrativas construídas ao redor do caso, os professores podem ajudar os alunos a compreenderem como as representações simbólicas são formadas e como podem ser reinterpretadas. Isso contribui para uma educação

histórica mais inclusiva e representativa, desafiando interpretações simplistas e promovendo uma compreensão mais complexa do passado e do presente. A revisão crítica dessas narrativas não apenas honra a memória de figuras como Célia de Souza, mas também promove a justiça histórica e abre caminho para discussões sobre reparação e reconhecimento das injustiças do passado.

1.3 O papel do professor diante da construção histórica da “Bruxa da Sapolândia”

A utilização de fontes históricas em sala de aula representa um recurso didático fundamental para a desconstrução de identidades locais e imaginários distorcidos, especialmente no que tange à representação de mulheres pobres e humildes historicamente rotuladas como bruxas. A análise crítica de documentos, imagens e relatos do passado permite aos estudantes questionarem narrativas estabelecidas e reconstruir a compreensão sobre determinados grupos sociais. A transformação de uma mulher humilde que cuidava de crianças em uma lenda urbana entrelaça a realidade e o imaginário social, afetando a percepção da realidade sobre um processo crime que foi parcial no tratamento dado aos indivíduos envolvidos. O papel do professor, nesse contexto, é crucial para desafiar e contextualizar essas representações, promovendo uma compreensão mais profunda das experiências humanas.

No caso do processo crime da "Bruxa da Sapolândia", a imagem da mulher com aparência frágil e indígena, forçada a exumar corpos, contrasta com a realidade de uma mulher em vulnerabilidade econômica, que utilizava seus conhecimentos tradicionais como meio de sobrevivência. Essa dualidade de imagens reflete as relações simbólicas que a sociedade estabelece com seus membros, frequentemente baseadas em estereótipos e preconceitos. A figura da "bruxa" carrega conotações negativas que podem destruir a identidade de uma pessoa, especialmente quando essa pessoa é uma mulher marginalizada com práticas culturais mal compreendidas. O desafio para os professores é utilizar o ensino de história para desmontar essas representações simbólicas. Ao contextualizar o caso dentro das condições sociais e culturais da época, os professores podem ajudar os alunos a entenderem como as representações são construídas e como podem ser questionadas ou reinterpretadas, desmistificando rótulos.

A prática de benzimento e o uso de conhecimentos sobre ervas e plantas não eram apenas um meio de sustento para Célia, mas também uma forma de acesso à saúde para a comunidade que, de outra forma, poderia não ter acesso aos cuidados médicos adequados. A imagem de Célia como uma "bruxa" foi uma distorção da realidade, influenciada por

preconceitos e pela falta de compreensão sobre práticas populares e tradicionais para o tratamento de doenças. No processo crime, na página 38, Célia responde ao interrogatório mencionando que havia cessado qualquer tipo de prática de curandeirismo há mais de quatro anos. Essa declaração sugere uma mudança em sua vida, possivelmente indicando uma adaptação às circunstâncias ou uma resposta às pressões sociais e preconceitos relacionados à sua prática religiosa.

Respondeu por insistência de Bertolino Larson e sua mulher, é que a recebeu em sua casa juntamente com os seus filhos; que Bertolino Larson pediu que a interrogada cuidasse dos seus filhos, tendo a mesma dito que não mais fazia tratamento espírita, porque tinha abandonado há quatro anos esse serviço, que mais tarde chegou em sua casa Joaquim Manoel da Silva com seus filhos Neuzinha, Dirce, digo, Adilson e Dircinha; que a interrogada por diversas vezes falava aos pais de Jesus Aparecido para levá-lo ao médico, dizendo estes que não confiavam em médicos, mas somente na própria interrogada esta até chegou a comprar para o referido menos um vidro de Biotônico Fontoura e Padraqui, não ministrando nenhum remédio caseiro que quando Jesus aparecido morreu foi enterrado no quintal da mesma casa, estando presentes a interrogada, Luzia Larson, Bertolino Larson e João Luiz da Silva, também porque a mãe não quis que enterrasse no cemitério, que quando trabalhos espíritas, dava aos pacientes água florida: que fazia sua comida separada, enquanto que os pais das menores fazia a sua que alimentava as próprias crianças, cada um com a própria comida separada. Em tempo: esclarece que a quatro anos atrás largou os trabalhos (TJMS, Processo Crime 22/69, 1969 p.38).

Notadamente, esses elementos sociais e o contexto em que viviam os agentes não foram objetos do olhar daqueles que produziram narrativas, de uma "tradição inventada" que transformou a senhora Célia de Souza em uma lenda urbana, retratada como uma bruxa que praticava maus tratos e rituais de magia macabra com crianças. Segundo Walter Benjamin, a história não deve ser vista como uma narrativa fixa e imutável do passado, mas sim como algo constantemente reinterpretado e reavaliado à luz das preocupações e necessidades do presente. Portanto, é imperativo ao ensino de história romper com a ideia de que a disciplina se resume apenas a narrar e registrar fatos passados.

Ensinar história significa compreender como esses fatos são interpretados dentro dos espaços de experiência (Koselleck, 2006, p.305). No espaço de experiência do processo crime, a realidade vivida por Célia de Souza na década de 1960 em Campo Grande foi a de uma ré acusada de crimes macabros contra crianças, e embora tenha sido absolvida, o imaginário social a rotulou como uma "bruxa". O horizonte de expectativa, por outro lado, reside na forma como as futuras gerações interpretam e reagem a essa história. A educação histórica tem o poder de

expandir esse horizonte ao fornecer ferramentas críticas para os alunos questionarem e compreenderem o contexto mais amplo dos eventos passados. Ao estudar o caso da “Bruxa da Sapolândia” os alunos podem aprender a diferenciar entre mitos e fatos, reconhecendo o impacto da marginalização e da pobreza na formação de estereótipos sociais.

2 A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA ACERCA DA BRUXA DE SAPOLÂNDIA POR MEIO DAS FOTOGRAFIAS E DO IMÁGINÁRIO COLETIVO

Este capítulo examina o impacto das representações históricas sobre as mulheres marginalizadas, especialmente aquelas rotuladas como "bruxas" ao longo dos séculos. Através de uma análise crítica dos textos históricos e das narrativas populares, exploramos como figuras como Célia de Souza, uma cuidadora de crianças, foram injustamente estigmatizadas e silenciadas pela sociedade. Investigamos como esses estereótipos não apenas afetaram suas vidas pessoais e econômicas, mas também moldaram a percepção pública e a memória coletiva, destacando as continuidades culturais que persistem até os dias atuais.

2.1 A bruxa inventada

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens (Guy Debord, 1997).

A perpetuação dos valores patriarcais internalizados ao longo dos séculos persiste manifestando-se nas diversas representações sobre o feminino e seu lugar idealizado por estes na sociedade. Ao longo da história, estabeleceram-se no imaginário social do Ocidente concepções estereotipadas sobre curandeiras e benzedoras, difundidas por obras literárias, produções cinematográficas e narrativas populares.

Esse estereótipo é evidenciado no comentário feito por Dona Hilda, proprietária de uma pensão no município de Rio Negro, atualmente pertencente ao estado de Mato Grosso do Sul, ao fazendeiro local Célio de Souza, que pretendia contratar Célia de Souza e seu amásio João Luiz para trabalharem em suas terras. O depoimento de Hilda foi destacado do processo pelo delegado e enviado como documento anexo para ser juntado ao processo, com o objetivo de comprovar ao magistrado a narrativa do Jornal Diário da Serra de que a ré praticava saravá, sendo conhecida desde sempre como uma feiticeira.

Quando chegaram à região conhecida como Rochedão, parou em frente à pensão de Dona Hilda, a qual já conhecida de Célia de Souza e como o senhor Célio viajava no referido caminhão, Dona Hilda lhe disse vai levando está mulher? Esta mulher não presta, porque prática sarava é conhecida nesta zona como a maior feiticeira (TJMS, Processo crime n. 02, 1969, p.80).

Em outro documento sobre o caso, o ofício número quarenta e nove de vinte e cinco de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e nove, o então delegado, subtenente da polícia

militar e responsável pela investigação, Antonio de Jesus Victorio, enviou ao Juiz de Direito da terceira vara criminal de Campo Grande, juiz responsável pelo processo pedindo a manutenção da prisão dos envolvidos. O documento traz no seu corpo afirmações de juízo de valor sobre a ré, a exemplo “com este remeto a Vossa Excelência, a fim de serem juntados ao processo crime a que responde a Bruxa da Sapolândia os seguintes documentos policiais”. No mesmo documento na página quarenta e seis do processo crime escreveu a autoridade policial “para ilustração do processo anexo quatro fotografias do local onde ocorreu a exumação dos menores e uma reportagem do jornal Diário da Serra do dia doze de janeiro de mil novecentos sessenta e nove”. O texto do periódico local traz uma narrativa que enaltece a ação rápida dos policiais da delegacia do bairro Amambaí, em prender e desvendar todos os mistérios sobre o caso que tinha uma bruxa como protagonista. A fotografia utilizada pelo jornal Diário da Serra foi anexada como prova durante o processo crime e posteriormente tornou-se a imagem da Bruxa da Sapolândia no imaginário social coletivo.

Imagem 1. Célia de Souza desenterrando os corpos das crianças



Fonte: Página 46 do Processo Digital TJMS¹

Segundo Guy Debord (1997) em seu trabalho *A Sociedade do Espetáculo*, o “espetáculo” é um conjunto de imagens veiculadas pela mídia na sociedade moderna. Com o objetivo de promover o consumo e conformidade, essas imagens criam um mundo fictício que

¹ Disponível em:

https://sti.tjms.jus.br/confluence/pages/viewpage.action?pageId=286985137&preview=/286985137/286985140/processo%20Bruxa%20da%20Sapo1%C3%A2ndia_1%20ok.pdf

fazem os espectadores confundir a realidade, levando-os à alienação e à perda da consciência crítica sobre a realidade, que apresenta uma mulher, com traços indígena, cujo olhar parece estar atônico perdido no tempo, parecendo não compreender a violência e as violações de seus direitos, sendo submetida a exumar corpos de covas rasas com as mãos enquanto era fotografada sob a opressão de vários homens em pé que a cercaram como se cerca um animal acuado.

Estando dentre esses homens seus cúmplices, segundo a denúncia, João Luiz - seu amasio - e Bertolino Larson - o pai de umas das crianças que supostamente teriam sido assassinadas pela ré -, apenas Célia de Souza foi acuada e obrigada a exumar os corpos.

A mídia local acabou por espetacularizar a fotografia e popularizar uma imagem distorcida da realidade no imaginário coletivo da cidade. Mesmo sendo oprimida e desrespeitada em uma ação violenta, a ré foi retratada nos periódicos como uma mulher que praticava rituais macabros com crianças, cuja maldade era visível ao fumar calmamente um cigarro enquanto realizava a exumação das vítimas enterradas no fundo do quintal de sua residência.

Os periódicos têm o poder de moldar a percepção da realidade e suas consequências podem ser duradouras no imaginário das pessoas, influenciando desde a opinião pública até a política, identidade e memória coletiva. Quando os meios de comunicação criam e mantêm rótulos, eles podem reforçar estereótipos e preconceitos existentes, levando à marginalização de certos grupos e à perpetuação de desigualdades sociais. A representação tendenciosa sobre a ré resultou em uma percepção distorcida de que ela praticava atividades criminosas de curandeirismo.

Na sociedade moderna, a mídia desempenha um papel significativo na formação da consciência coletiva. A maneira como as notícias são apresentadas pode estimular o engajamento ou, ao contrário, provocar apatia e cinismo. A mídia tem o poder de influenciar a cultura e os valores sociais ao perpetuar rótulos e estereótipos. Os periódicos podem limitar a diversidade de perspectivas e experiências que são valorizadas e reconhecidas na sociedade, desempenhando um papel significativo na formação da realidade social e na manutenção de rótulos no imaginário das pessoas. Isso tem implicações que vão desde a construção da identidade individual até a estrutura e dinâmica da sociedade como um todo.

Segundo Bourdieu (1996), a repetição e a ênfase em determinadas narrativas pelos meios de comunicação podem solidificar uma percepção coletiva distorcida sobre a realidade de grupos sociais, eventos e ideologias. Bourdieu (1996) argumenta que o jornalismo tem o

poder de criar e impor o que ele chama de “visão do mundo legítima”, sugerindo que essa visão é uma forma de violência simbólica ao impor significados e dificultar a percepção crítica da realidade.

Essa violência simbólica impede o indivíduo de ver a realidade claramente. O escritor Barrinhos, que redigiu a denúncia observou na descrição enviada posteriormente ao Ministério Público que os corpos retirados das covas rasas pela ré estavam em avançado estado de putrefação, exalando um odor fortemente desagradável. Isso exemplifica a interação circular entre o real e o imaginário, conforme Baczko (1991, p. 45), em que o imaginário se mistura à realidade exterior e se confronta com ela. Dependendo dos pontos de apoio ou da hostilidade encontrados, o imaginário pode ser confirmado ou repudiado. Ele age sobre o mundo e é afetado por ele, constituindo uma realidade independente com suas próprias estruturas e dinâmica, sendo difícil estabelecer com precisão os limites entre ambos.

2.2 A “feitiçaria” das fotografias no imaginário coletivo

A memória coletiva consiste na seleção de eventos que adquirem significados e simbolismos, frequentemente atribuídos pelo grupo dominante. De acordo com Pierre Nora, as memórias coletivas podem ser recriadas e revividas através dos lugares de memória, onde os indivíduos têm a oportunidade de resgatar o passado. Entre esses lugares de memória, a fotografia se destaca como um elemento essencial, como explicado por Pierre Nora (1993, p. 12-13).

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos testemunhos de uma outra era, das ilusões de eternidade[...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar, celebrações pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 12-13).

As fotografias divulgadas desempenharam um papel significativo na construção da narrativa que transformou a ré do processo crime em uma lenda urbana. As narrativas feitas pela mídia na época e posteriormente apresentaram essas imagens fora de seu contexto. Segundo Peter Burke (2017) a fotografia utilizada como fonte histórica configura-se como uma

ancoradas em papéis sociais predefinidos. No imaginário social coletivo, essa representação reflete as relações de poder de gênero, pois nenhuma seleção é neutra. Isso implica que todos os depoimentos, provas e documentos apresentados pela autoridade policial visavam corroborar a narrativa do jornal Diário da Serra sobre Célia como uma bruxa.

Enquanto Célia era retratada como subjugada, escavando covas com as mãos em um castigo inquisitorial, seu amásio, também réu, era descrito tanto pelo periódico quanto por seu advogado como alguém indefeso diante dos supostos poderes sobrenaturais da "bruxa da

Sapolândia". Em seu depoimento à polícia, João afirmou que Célia possuía poderes demoníacos, que via crianças no quintal e às vezes testemunhava maus-tratos, embora nunca participasse deles. Seu advogado argumentou que João, um trabalhador rural com pouca instrução, tentou várias vezes deixar Célia, mas foi dominado pelo medo que ela lhe inspirava.

A mesma narrativa que rotulava Célia como bruxa foi utilizada na defesa de Bertolino Larson e seu cunhado José Fernandes ao denunciá-la. Eles a acusaram de ser uma assassina que realizava rituais com crianças e enterrava suas vítimas no fundo do quintal. Em seu depoimento, Bertolino, pai das crianças exumadas, alegou ter tentado fugir com sua família durante a noite, mas foram descobertos e forçados a retornar.

Embora tenha ficado claro durante o processo que Bertolino e sua esposa estavam presentes e participaram do enterro de um de seus filhos, e que ele ainda foi acusado de abusar de sua filha mais velha, a imprensa local não rotulou esses homens como feiticeiros; somente Célia foi estigmatizada e retratada como bruxa.

Segundo Moscovici (2020), a representação social compreende um conjunto de valores e expressões de pensamento que influenciam o coletivo social, fomentando interpretações e significados compartilhados que promovem interações e sentimentos de pertencimento. Essa representação se concretiza quando é ativamente promovida e reforçada pela comunidade, como acontece nas sextas-feiras treze ou próximo ao dia 31 de outubro, quando se celebra o Halloween.

A divulgação das fotografias no processo criminal da "bruxa da Sapolândia" configurou um discurso de poder que controla o papel da mulher na sociedade. Segundo Foucault (1996, p. 22), o discurso de poder é uma rede de signos que estabelece os valores desejados para uma sociedade, influenciando a construção do imaginário social. Assim como a escrita sobre o passado está sujeita ao controle do historiador, as fotografias podem expressar pensamentos, sentimentos e entendimentos de acordo com o discurso dominante no poder (Albuquerque Jr, 2019) atribuindo significados e interpretando os símbolos incorporados ao objeto.

A análise de imagens nas aulas de história representa um recurso essencial entre os novos métodos de ensino da disciplina. Desde sua instituição como disciplina escolar, o ensino de história assumiu um papel fundamental na construção da identidade nacional e na legitimação do poder político vigente no país, especialmente a partir do século XIX. No início, a estruturação do ensino de história tinha como objetivo transmitir uma narrativa gloriosa da nação, utilizando uma linguagem adaptada para promover uma visão nacionalista, como destacado por Thais Nívia de Lima Fonseca (2006).

Ao ensino de História nas escolas primárias e secundárias que deveria obedecer a procedimentos específicos, como a adequação de linguagem, a definição de prioridades em termos de conteúdo, a utilização de imagens úteis à compreensão da história da nação. É somente a partir daí que a História como disciplina se constitui, fortemente marcada por uma perspectiva nacionalista, servindo aos interesses políticos do Estado, mas carregando também elementos culturais essenciais que, incorporados, garantiam a consolidação dos laços entre parcelas significativas das populações, no processo de construção das identidades nacionais coletivas. (Fonseca, 2006, p. 25).

De acordo com Fonseca (2006), a delimitação da disciplina escolar foi um marco crucial no desenvolvimento da História como área de estudo. Nos séculos XVII e XVIII, os jesuítas implementaram métodos para o ensino da História, mas isso não implicava necessariamente na organização desse conhecimento como uma disciplina escolar, conforme entendemos atualmente. Durante o século XIX, a responsabilidade pela educação passou a ser atribuída ao Estado, que assumiu a organização do sistema público de ensino, havendo então uma preocupação em formar cidadãos adequados ao sistema social e econômico que se transformava com a consolidação do capitalismo e o fortalecimento das identidades nacionais (Fonseca, 2006, p. 23). Nesse contexto, a educação passou a ser considerada um instrumento ideológico do Estado. No entanto, foi também nesse período que a História começou a ser reconhecida como uma disciplina científica, embora o ensino da História ainda não fosse valorizado.

O ensino de História desempenha um papel fundamental na promoção da identidade coletiva entre indivíduos e grupos, permitindo que os cidadãos se reconheçam como parte integrante de sua comunidade e cultivem um senso de pertencimento, solidificando laços de igualdade e identificação política. Ao longo da história do Brasil, é evidente o interesse do Estado na institucionalização de currículos e programas de História para a educação básica, como meio de manter o poder político dos grupos dominantes. A História como disciplina escolar surgiu no Brasil somente após a criação do Colégio Pedro II em 1837, juntamente com

a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A manutenção de ideais nacionalistas esteve profundamente enraizada no método de ensino adotado pelas escolas.

Segundo Bourdieu (2005), os mecanismos de controle social não se limitam apenas à coerção direta, mas também envolvem um complexo aparato político e técnico que penetra na sociedade por meio de métodos sutis e metodologicamente elaborados.

O estabelecimento do poder nunca se faz, exclusivamente pela força. É necessário a criação de um capital político, aceito pelos governados e reconhecido por seus pares, através do qual os detentores do aparelho de estado produzem uma reserva de imagens, símbolos e modelos que compõem o capital simbólico, fundamental para o exercício do poder. Neste sentido, a crença e o reconhecimento são mecanismos centrais para a consubstanciação do poder simbólico em capital político, posto que, “o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento (...). O poder simbólico é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, um crédito com que ele o credita, uma fides, uma auctoritas, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe para que aquele que lhe está sujeito crê que ele exista” (Bourdieu, 1989 apud Mauad, 2005, p. 13).

Historicamente no Brasil, diversos grupos foram privados de seus direitos sociais, civis e políticos, permanecendo sem reconhecimento social, como os indígenas, os negros e mulheres pobres. Essa privação originou representações estereotipadas, como no caso das mulheres pobres como Célia de Souza, que foram associadas a bruxas. Essas rotulações tiveram como pivô a cor da pele, condição econômica e suposta inferioridade étnica, levando à invisibilidade social desses grupos na construção histórica coletiva, alinhada aos padrões culturais do patriarcado, fenômeno de longa duração.

O silenciamento da história dessas mulheres pobres em condição de vulnerabilidade tem sido objeto de novas pesquisas que buscam inseri-las na cena histórica. Existem várias formas de silenciamento dos sujeitos, frequentemente ligadas a fatores econômicos, sexuais, étnicos, raciais, religiosos, e até mesmo aparência e condições físicas e mentais.

Entre as diversas formas de silenciamento dos sujeitos históricos, a ideia do "tempo" é a mais aceita e menos questionada, pois se justifica ao se atrelar ao tempo. No imaginário ocidental, a bruxa é percebida como uma figura satânica que merecia a morte, representando um ato de fé para a sociedade medieval. A bruxa é a personificação do mal, sendo considerado um ato de fé e coragem livrar o mundo dessas mulheres.

Imagem 3. População revoltada com o caso



Fonte: Processo Crime, p 48. TJMS

O jornal Diário da Serra publicou uma narrativa carregada de representações sobre Célia, destacando-a como um ser satânico e exaltando como a polícia desvendou o caso da bruxa da Sapolândia.

Imagem 4. As notícias nos jornais



Fonte. Processo crime, p. 49, TJMS.

Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias (2001, p. 117), ao longo da história, as mulheres colocadas na representação de "bruxa" têm nos espaços centrais das cidades seu local de sobrevivência. Célia de Souza, uma cuidadora de crianças, foi associada ao estereótipo de bruxa no imaginário coletivo, o que além de resultar na perda de seu único meio de sustento, também causou a perda de sua identidade. A estigmatização recai especialmente sobre mulheres que enfrentam condições de vulnerabilidade econômica ou desafiam os papéis sociais tradicionalmente atribuídos a elas no imaginário coletivo, colocando Célia de Souza diante das continuidades culturais.

3 CONSTRUÇÃO DO PRODUTO

No terceiro capítulo deste estudo, explora-se a complexidade do ensino de História, que transcende a mera transmissão de fatos históricos. Ele envolve uma abordagem multifacetada que inclui a discussão de pressupostos éticos, morais e teóricos. Segundo Mello (2019, p. 6), o professor de História não apenas narra eventos passados, mas também estimula reflexões sobre valores fundamentais e teorias subjacentes à disciplina. Ao enfatizar questões como convivência pacífica e democrática, ele promove debates sobre valores éticos essenciais. Além disso, o ensino de História abrange a análise crítica das fontes históricas.

3.1 Fontes históricas no ensino de História

O ensino de História é uma prática complexa que vai além da simples transmissão de fatos históricos. Envolve uma abordagem multifacetada que inclui a discussão de pressupostos éticos, morais e teóricos. De acordo com Mello (2019, p. 6), o professor de História não apenas relata eventos passados, mas também estimula reflexões sobre valores fundamentais e teorias que permeiam a disciplina. Ao destacar questões como convivência pacífica e democrática, ele promove debates sobre valores éticos. O ensino de História abrange a análise crítica das fontes históricas.

O imaginário coletivo sobre as "bruxas" tem como marco temporal na América o processo civilizacional do século XV. Esse imaginário se constituiu sob a ótica capitalista e evolucionista, estabelecendo uma hierarquia entre as culturas ameríndias e europeias. Os europeus passaram a considerar os conhecimentos dos povos originários como menos desenvolvidos e primitivos. Essa visão foi amplamente difundida e contribuiu para a demonização da imagem das bruxas, com o apoio significativo da Igreja Católica, do Estado e da sociedade médica. Durante o período, a Igreja legitimou o profissionalismo dos médicos, denunciando os tratamentos feitos por não profissionais e associando a cura sem estudo à prática da bruxaria.

A análise das práticas mágicas no Brasil revela que, embora também realizadas por homens, as mulheres foram muito mais acusadas e processadas por esses delitos. Isso evidencia a atribuição de características específicas a cada sexo, baseada em representações culturais que perpetuam a hierarquização e subordinação das mulheres. Essas representações contribuíram para a construção de um imaginário social que idealizava o papel da mulher na sociedade e justificava a marginalização daquelas que não correspondiam ao papel idealizado.

A circularidade cultural entre as culturas dominantes e subalternas na sociedade criou uma relação entre os elementos pertencentes a cada classe, moldando as identidades sociais e perpetuando relações de poder. Esse processo foi caracterizado pela desumanização dos povos originários, pela imposição de dúvidas sobre sua "humanidade" e pela marginalização de seus saberes tradicionais. A lógica colonialista contribuiu para a naturalização das relações de superioridade europeia e inferioridade americana, perpetuando assim a estratificação social baseada em critérios raciais.

As condições históricas que sustentavam essas ideias residiam no imaginário dos homens que cruzaram os oceanos para "civilizar" a América e na demonização das mulheres curandeiras, contando com o apoio da Igreja Católica, que desempenhou um papel significativo na construção da imagem da bruxa, respaldada pelo Estado e pelas sociedades médicas. Barbara Ehrenreich e Deidre English (1973, p. 24) em sua obra "Bruxas, Parteiras e Enfermeiras", publicada pela *The Feminist Press*, argumentam que a história não é linear e que, desde que a instituição médica passou a exercer seu poder sobre os corpos, as resistências aos conhecimentos tradicionais persistiram. Elas consideram que os saberes transmitidos de geração em geração — de mãe para filha, de avó para neta, de vizinha para vizinha, amiga para amiga — são elementos essenciais que mantêm essa história viva.

Durante o período de caça às bruxas, a Igreja legitimou explicitamente o profissionalismo dos médicos, denunciando por heresia os tratamentos feitos por não profissionais. “Uma mulher que tem a ousadia de curar sem ter estudado é uma bruxa e deve morrer”. Por último, o frenesi contra as bruxas proporcionou aos médicos uma cômoda desculpa para seus cotidianos fracassos: tudo o que não podiam curar era, logicamente, um feitiço (Ehrenreich; English, 1973 p.24)

Helen Ulhôa Pimentel (2012) no texto “Demologia, bruxas e periódicos” apresentado na revista "Trilhas da História", analisou a questão e afirma que no Brasil, as práticas mágicas confirmam que as mulheres foram muito mais acusadas e processadas por delitos de curandeirismo em relação aos homens. Segundo a pesquisadora, as práticas eram realizadas por homens, principalmente o curandeirismo ou adivinhação, o que não anulava a prática de incriminar preferencialmente as mulheres pelo uso de magias. É importante compreender que as atribuições de características, funções e comportamentos a um ou outro sexo fazem parte das representações pelas quais significamos o mundo.

3.2 Ensino de História e o material didático

O mestrado profissional ProfHistória, em suas normas regimentais, estabelece a obrigatoriedade da criação de um produto pedagógico que justifique e sustente a pesquisa desenvolvida no programa de Pós-Graduação. Esse produto final pode adotar diferentes formatos, como texto dissertativo, documentário, exposição, material didático, projeto de intervenção em escola, museu ou espaço similar. Neste contexto, apresenta-se o roteiro de um livro interativo de colorir, cujo objetivo é refletir sobre a representação da mulher como bruxa no imaginário social das décadas de 1960-70 em Campo Grande.

Ao adotar essa proposta, os educadores podem promover um ensino de história mais dinâmico, inclusivo e participativo, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a formação de cidadãos críticos, conscientes e engajados com as questões sociais, culturais, ambientais e históricas de seu tempo. Segundo Saviani (2015), a escola deve propiciar condições para a produção do conhecimento e o processo de “pensar a realidade usando as abstrações teóricas não é uma capacidade que se forme espontaneamente, é algo que precisa ser produzido deliberadamente pela escola” (Saviani, 2015, p. 4).

Para a produção de conhecimento no ensino de história, é crucial utilizar diferentes recursos pedagógicos e que o educador tenha domínio do conteúdo para evitar abordagens superficiais ou simplificadas, que não exploram adequadamente o conteúdo nem estimulam o pensamento crítico dos alunos. Assis e Noda (2022) ressaltam que a falta de recursos pedagógicos adequados para o ensino de História nos Anos Iniciais contribui para a fragmentação e descontextualização do conteúdo, deixando os professores à própria sorte para decidir o que e como ensinar, o que pode resultar em falta de coerência e continuidade no processo educacional.

Além disso, é fundamental superar a abordagem linear, mecanizada e descontextualizada do ensino de História, comumente baseada na mera memorização de datas e eventos. Uma abordagem pedagógica mais dinâmica e contextualizada é necessária para estimular a curiosidade, o pensamento crítico e a reflexão dos alunos sobre o passado, relacionando-o com sua própria realidade e compreendendo sua relevância no presente. Diante desses desafios, propõe-se a elaboração de um livro interativo como recurso para auxiliar o ensino de História aos estudantes do quinto ano da educação básica.

3.3 O produto para o ensino de História

A pesquisadora Circe Fernandes Bittencourt (2008, p. 25) destaca a complexidade da ação de dar aulas, enfatizando que envolve um conjunto complexo de competências que vão desde o planejamento e organização do conteúdo até a execução e avaliação das atividades educacionais. Para ilustrar nossa proposta de livro interativo, partiremos do processo criminal da Bruxa da Sapolândia.

O livro interativo de pintura abordará conceitos de tempo, memória e patrimônio histórico. O conceito de tempo é fundamental no processo de aprendizagem histórica, especialmente para as crianças. Embora seja uma noção complexa, a compreensão da temporalidade é uma das principais responsabilidades do ensino de História. Segundo o professor Wilian Martinhão (2023) em sua obra “O tempo, o que é? - Uma história dos tempos”, a importância de identificar e compreender diferentes formas e expressões de tempo faz parte do processo de autoconhecimento humano. A concepção de tempo não é algo divino ou externo, mas sim um construto social originado das relações sociais e materiais.

É importante que as crianças compreendam que a representação do tempo só pode ser conhecida através das narrativas humanas. Essas narrativas, em suas múltiplas linguagens, nomeiam, definem e tornam visíveis os diferentes tempos em sociedades e culturas diversas. Conhecer as variadas expressões culturais e sociais de tempo nos liberta da ideia limitante de que não podemos mudar ou construir novas maneiras de nos organizarmos no mundo, permitindo a experiência de novas temporalidades e a construção de novos significados para o tempo.

Saber identificar e conhecer variadas formas e expressões de tempo é também se auto conhecer enquanto humano com participação na construção da história. Pois a ideia de tempo nasce do chão, como plantas e jardins, e não surge do mundo dos deuses. Quero dizer com isso que o tempo é uma construção realizada por nós e que tem sua origem na materialidade das relações humanas. [...] Quando pensamos e falamos de tempo, estamos, implicitamente, refletindo sobre os modos como nos organizamos no mundo. Estamos falando do fenômeno que surge. O tempo é representação que preenche o vazio. [...] (Martinhão, 2023, p.14-18).

Outro conceito relevante a ser abordado é o da memória, o qual não deve ser confundido com o conceito de História. Enquanto a História refere-se ao estudo e interpretação dos eventos passados, a memória engloba as lembranças subjetivas do ser humano, permeadas por um valor afetivo e intencional, diretamente ligadas às suas experiências vividas. As lembranças podem

se manifestar como registros concretos ou simplesmente como fatos ocorridos, capazes de evocar momentos específicos das histórias pessoais ou coletivas de um indivíduo.

Segundo Freitas (2010, p. 41) em sua obra "Fundamentos teórico-metodológicos para o ensino de História (anos iniciais)", a História se distingue da memória ao investigar, desmistificar e reunir diversos depoimentos e hipóteses, seguindo um rigoroso método científico. Freitas destaca que "[...] a História, ao contrário, investiga, busca pistas, desmitifica, reúne toda espécie de depoimentos e hipóteses [...]", atribuindo-lhe um caráter científico fundamental para sua legitimidade acadêmica (Freitas, 2010, p. 41).

Com isso, conclui-se que, diferentemente da memória, a produção histórica demanda a utilização de fontes para embasar suas análises, além de requerer a aplicação de métodos rigorosos para a coleta e interpretação desses dados. Isso implica dizer que a História é uma disciplina científica que exige evidências, metodologias e procedimentos reconhecidos pela comunidade acadêmica para obter legitimidade e reconhecimento.

Isso não significa que a memória não possa ser utilizada como recurso no ensino de História. No entanto, enfatiza-se que seu uso isolado não é suficiente para promover uma aprendizagem histórica completa. Embora as memórias possam ser cativantes e oferecer diferentes perspectivas sobre o processo histórico, não devem ser consideradas substitutas da informação histórica obtida por meio de pesquisa científica.

É preciso não cometer o equívoco de colocar-se a memória – principalmente na 1ª fase do Ensino Fundamental – como substituta do ensino de História. A memória dos avós, dos pais, dos antepassados em geral pode até ser mais atraente para as crianças, pode apresentar outras possibilidades para o processo histórico, mas não deve substituir a informação fornecida pela pesquisa histórica (Brasil, 2010, p. 7).

A distinção entre memória e história é fundamental para uma abordagem educacional completa e precisa. Embora a memória, especialmente aquela transmitida pelos mais velhos, possa cativar e enriquecer o entendimento dos alunos sobre o passado, ela não deve ser considerada como um substituto absoluto do ensino formal de História. Em vez disso, a memória deve ser vista como um complemento valioso, fornecendo insights e perspectivas que enriquecem a compreensão histórica, mas não a substituem completamente.

No contexto do Ensino Fundamental, é crucial reconhecer que a memória individual e coletiva dos alunos pode servir como uma porta de entrada para o estudo de eventos locais que moldam a identidade regional. Ao integrar a memória ao ensino de História, os educadores podem proporcionar uma experiência de aprendizagem mais abrangente e enriquecedora para

os alunos. Isso permite que as crianças não apenas explorem suas próprias raízes e identidades culturais, mas também desenvolvam habilidades socioemocionais e críticas ao analisar narrativas históricas e buscar as fontes originais das informações. Segue no ANEXO A o modelo do livro interativo proposto como recurso didático no ensino de História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, propôs-se a investigar a história da "Bruxa da Sapolândia". Com esse propósito em mente, foram consultadas diferentes fontes, incluindo o Processo digital 02/69 do acervo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul e noticiários da época. Buscou-se compreender as violências vivenciadas pela ré que se tornaram parte do imaginário coletivo da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Após análise dos documentos, percebeu-se que, apesar do veredito de absolvição, a ré foi penalizada pela sociedade campo-grandense ao ter sua vida totalmente exposta na mídia local e não pôde retornar ao seu meio de sustento como cuidadora de crianças. Após o processo criminal, ela ficou rotulada no imaginário coletivo como uma "bruxa", tornando-se uma espécie de lenda urbana.

Constatou-se que a história está repleta de relatos que associam mulheres à figura da bruxa, especialmente as mulheres pobres ou aquelas consideradas transgressoras da ordem social, que não se enquadravam no papel social reservado ao feminino conforme os padrões dos detentores do poder. As mulheres em condição de vulnerabilidade econômica são as principais vítimas dessa sociedade. A pesquisadora Marinete Zacharias Rodrigues (2012), ao estudar os crimes cometidos por mulheres no sul de Mato Grosso entre 1830 e 1889, observou que historicamente as relações entre homens e mulheres, sociedade e Estado, estavam condicionadas aos padrões comportamentais impostos pelos costumes paternalistas e pelos princípios da dominação masculina, onde a violência frequentemente transformava homens e mulheres em vítimas.

O processo criminal da Bruxa da Sapolândia também revelou como o imaginário coletivo foi afetado pela sede da imprensa local em vender notícias durante as décadas de 1960 e 1970, contribuindo para a representação social sobre os comportamentos morais aceitos pelos detentores do poder, que condenaram no imaginário social da cidade uma mulher inocente e pobre, assim como as mulheres desfavorecidas do século XIX, como bruxa.

O imaginário social, de acordo com Bronislaw Baczko (1991), é a forma pela qual a sociedade organiza suas representações. O controle do imaginário social está intimamente ligado ao controle da vida coletiva. Ao concluir este trabalho, é importante lembrar que o pesquisador social tem o compromisso de entender os padrões de sua época, que ainda explicam, no século XXI, práticas sociais denegrativas relacionadas aos papéis femininos na sociedade de Campo Grande. Desta maneira, considera-se que o trabalho do historiador em investigar o passado está sujeito a reconstruções que ajudam a compreender melhor as

violências que envolvem as mulheres, seja por ocorrências esporádicas ou por meio de processos criminais. Encerra-se este trabalho na expectativa de que futuras pesquisas sobre a temática tragam novos olhares às mulheres pobres, negras e aos demais grupos historicamente marginalizados.

REFERÊNCIAS

- ARECO, Giocondo Estigarribia. **A fotografia e a produção do saber histórico: da invisibilidade de categorias sociais na memória social da cidade de Campo Grande /MS.** Dissertação (Mestrado Profissional em História), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. 2022.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einau di**, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1991
- BAJER, Paula. **Processo penal e cidadania.** Imprensa: Rio de Janeiro, J. Zahar. ISBN: 8571106460. Referência: 2002.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Seguido de: A influência do jornalismo, e, Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **As estruturas sociais da economia.** Lisboa: Instituto Piaget, 285 p., 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Básica. **Coleção explorando o ensino: história, ensino fundamental.** Coordenadora Margarida Maria Dias de Oliveira. Brasília, DF: MEC, 2010.
- BRITES, Fausto. Entrevista. In: **Bruxa da Sapolândia, nem ficção ou lenda, mas realidade que chocou Campo Grande.** Correio do Estado. 2011. Disponível em: <https://www.perfilnews.com.br/2011/10/31/bruxa-da-sapolandia-nem-ficcao-ou-lenda-mas-realidade-que-chocou-campo-grande/>. Acesso em 20 jan 2024.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica;** traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos; São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CORRÊA, Anderson Romário Pereira. **O Movimento operário em Alegrete: a presença de imigrantes e estrangeiros (1897-1929).** Porto Alegre: Editora Deriva, 2010
- DEBORD, G, Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro, Ed. Contraponto 1997.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e Poder Em São Paulo no Século XIX.** Editora Brasiliense. 2001.
- EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. *Bruxas, Parteiros e Enfermeiras: Uma história das curandeiras*. Nova York: The Feminist Press, 1973.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. São Paulo: Brasiliense, 1984

FREITAS, Itamar. **Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos Iniciais)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. 2 ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1867820/mod_resource/content/1/FOUCAULT%2C%20Michel%20-%20A%20ordem%20do%20discurso.pdf. Acesso em 21 mar 2024.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. IBGE, 2022.

MARTINHÃO, Willian. **O tempo, o que é?** - Uma história dos tempos Campo Grande: Edição do Autor, 2023.

MAUAD, Ana Maria. Usos e funções da fotografia pública no conhecimento histórico escolar. **Hist. Educ.** [online]. Vol.19, n.47, p. 81-108, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592015000300081&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 de abril 2024.

NOGUEIRA, Sérgio. **Palavras que vêm de línguas africanas**. G1. Portal de notícias da Globo. 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/blog/dicas-de-portugues/autor/sergio-nogueira/16.html> Acesso em, 20 jan 2024.

NORA, Pierre. **Entre memórias e História**. A problemática dos lugares. Prog. História São Paulo. Dez. 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 3-12, mar. 2008. ISSN 1983-7801. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225/179>. Acesso em: 12 mai 2021.

RODRIGUES, Marinete Aparecida Zacharias. **Criminalidade e relações de poder em Mato Grosso (1870-1910)**. Jundiá/SP: Paco Editora, 2012

SAVIANI, Dermeval. **Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular**. Movimento. 2015.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Histórias menores, vidas outras: re-existências femininas no Brasil do século XIX. Cátedra UNESCO/UFGD “Gênero e Fronteiras” – Brasil. In:

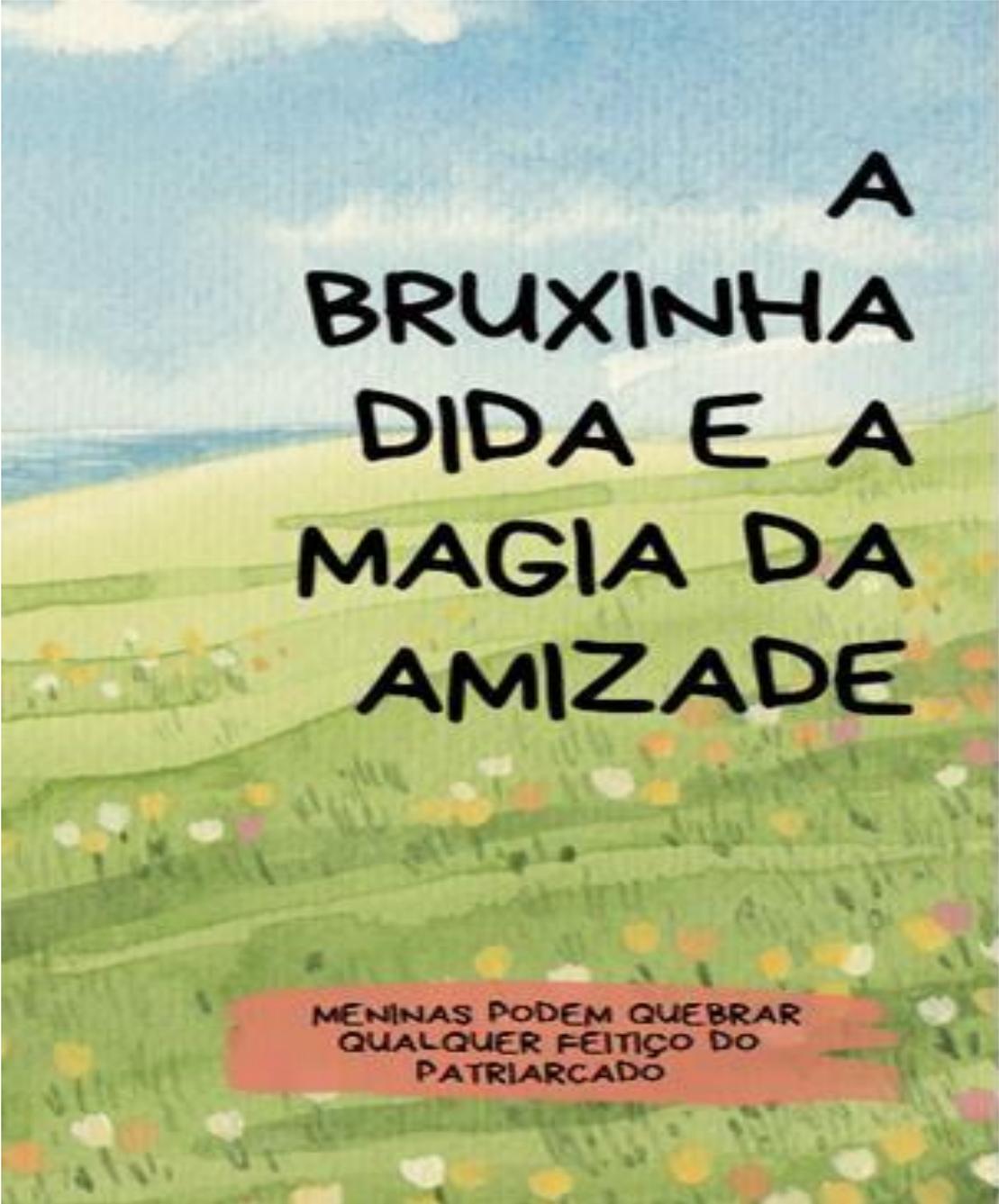
GUARDIA, Sara Beatriz. **Las mujeres en la formación de los estados nacionales en América Latina y el Caribe.** 2022. Disponível em:

URI: <https://www.cervantesvirtual.com/nd/ark:/59851/bmc1219155> Acesso em 14 jan 2024.

TJMS. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. **O caso da bruxa da Sapolândia.** 2023.

Disponível em: <https://sti.tjms.jus.br/confluence/pages/viewpage.action?pageId=286985137>. Acesso em 23 jan 2024.

ANEXO A - PRODUTO

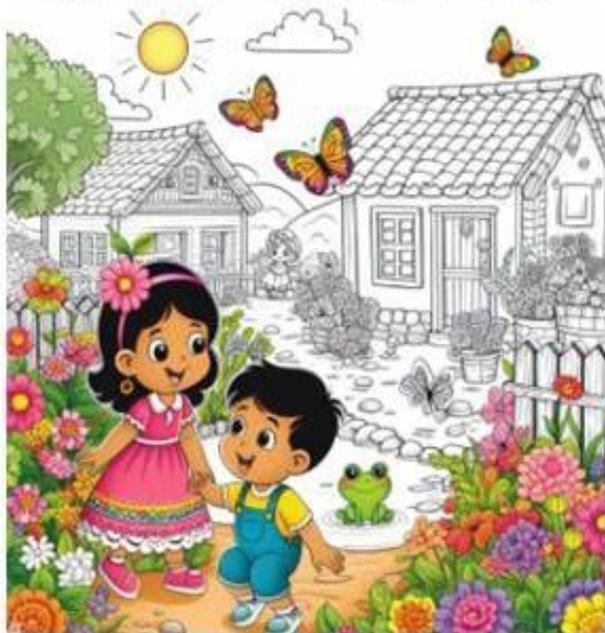


A
BRUXINHA
DIDA E A
MAGIA DA
AMIZADE

MENINAS PODEM QUEBRAR
QUALQUER FEITIÇO DO
PATRIARCADO

ERA UMA VEZ...

UMA BRUXINHA CHAMADA DIDA. ELA ADORAVA CUIDAR DAS PLANTAS DO SEU JARDIM E BRINCAR COM SEU AMIGO GUINHO, UM MENINO ESPERTO QUE GOSTAVA DE INVENTAR HISTÓRIAS. ELES MORAVAM NUMA CASINHA COLORIDA DA CIDADE DE CAMPO GRANDE ONDE AS RUAS ERAM DE TERRA E OS SAPOS CANTAVAM ALEGRES



MAS...

ALGUMAS PESSOAS NA CIDADE NÃO ENTENDIAM A BONDADE DE DIDA. ELAS DIZIAM QUE ELA ERA UMA BRUXINHA MÁ, QUE USAVA SEUS FEITIÇOS PARA FAZER TRAVESSURAS. ISSO ACONTECIA PORQUE ANTIGAMENTE, AS PESSOAS ACHAVAM QUE MENINAS COMO DIDA NÃO PODIAM SER TÃO CORAJOSAS QUANTO OS MENINOS. ESSE PENSAMENTO CHAMA-SE PATRIARCADO, E ELE FAZIA AS PESSOAS PENSAREM QUE MENINAS HUMILDES COMO DIDA FOSSEM BRUXAS, COMO SE ISSO FOSSE UMA FORMA DE CONTROLÁ-LAS E DIMINUIR SEU PROTAGONISMO NA SOCIEDADE.



1. Atividade 01

Imagine que você é um detetive do tempo e encontrou este desenho (figura 02) em uma cápsula do tempo enterrada há 100 anos. O que no desenho pode te contar sobre como as pessoas viviam e o que mudou desde então? Esta pergunta incentiva a criança a pensar sobre como os elementos do desenho, como roupas, tecnologia e paisagem, podem revelar mudanças ao longo do tempo histórico.

UM DIA...

A MÃE DE UMA MENININHA CHAMADA CÉLIA DE SOUZA FICOU DOENTE. O DELEGADO E MUITAS PESSOAS DA CIDADE QUERIAM CULPAR A BRUXINHA DIDA PELA DOENÇA. MAS DIDA NÃO SE DEIXOU ABATER. COM CORAGEM E DETERMINAÇÃO, ELA DECIDIU USAR SEUS CONHECIMENTOS DAS PLANTAS E ERVAS PARA AJUDAR CÉLIA DE SOUZA A SE CURAR.



ENTÃO...

DIDA E GUINHO SAÍRAM PARA PROCURAR AS ERVAS QUE PRECISAVAM PARA CURAR CÉLIA DE SOUZA. NÃO FOI FÁCIL, MAS ELAS CONSEQUIRAM ACHÁ-LAS! ASSIM, DIDA PROVOU PARA TODOS QUE NÃO ERA UMA BRUXINHA MÁ, MAS SIM UMA AMIGA GENTIL E GENEROSA.



2. Atividade 02

Peça às crianças que observem atentamente os personagens e o cenário na cena do desenho. Pergunte como eles acham que os personagens estão se sentindo e por quê? Esta atividade ajuda as crianças a entenderem e expressar emoções, além de promover a empatia.

ASSIM...

DIDA E GUINHO JUNTOS CONSEGUIRAM CURAR CÉLIA DE SOUZA, E MOSTRARAM TUDO QUE DIDA APRENDEU COM OS ENSINAMENTOS DE SUA MÃE E AVÓS DE QUE AS ERVAS PODEM CURAR E AS MENINAS SEMPRE PODEM FAZER O QUE QUISEREM, MESMO QUE O PATRIARCADO NÃO QUEIRA



POR FIM...

DIDA E GUINHO CONTINUARAM ESPALHANDO ALEGRIA E MAGIA PELA CIDADE DE CAMPO GRANDE, MOSTRANDO PARA TODOS QUE JUNTOS PODEMOS SUPERAR QUALQUER DESAFIO E CONSTRUIR UM MUNDO ONDE TODAS AS PESSOAS SÃO VALORIZADAS PELO QUE SÃO, NÃO PELO QUE OS OUTROS PENSAM DELAS



3. Atividade 03

Olhando para as árvores e os personagens nas imagens, como você acha que eles cresceram e mudaram com o tempo, e como isso mostra que eles são amigos? Esta pergunta incentiva as crianças a pensarem sobre o crescimento e as mudanças ao longo do tempo, bem como sobre como as relações de amizade podem ser representadas visualmente.

Plataforma utilizada para construção do livro e referencial da prefeitura municipal de campo grande /MS



Plataforma de design online criada em 2013.



Fonte: Gefem-
semed.blogspot.com

Habilidades

✓ CG.EF05HI04

✓ CG.EF05HI05

Conhecimento Específico

✓ Cidadania, diversidade cultural, respeito às diferenças sociais, culturais e históricas

Unidade Temática

✓ Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social

A plataforma Canva, ao ser incorporada ao contexto educacional, proporciona um leque de possibilidades para a criação de conteúdo didático.